

## *Amazônia: uma visão holística*

### *Amazonia: A Holistic Vision*

#### **Resumo**

“Tudo está interligado” (LS 91). Eis o destaque do Papa Francisco em sua inquietante Carta Encíclica *Laudato Si’* (LS), vinda ao conhecimento do grande público em 24 de maio de 2015. Este artigo, mais do que comprovar a afirmação papal, demonstra, em uma abordagem holística, que não existe uma análise, um empreendimento, uma simples abordagem teórica, ou até mesmo, um planejamento direcionado a realizar determinada política pública alijada de uma compreensão interligada entre as ciências e em total sintonia com a biodiversidade amazônica. Conhecer essa complexidade na gestão pública é uma imposição do próprio bioma. Todos os projetos que se fixaram em uma abordagem simplista e imediatistas, visando o lucro a qualquer preço, fracassaram e, seus lastros de destruição ambiental podem ser vistos como grandes feridas abertas em cenários na Amazônia. As novas tecnologias aplicadas nos estudos ambientais, as reintegradas análises científicas sobre esse bioma não podem mais seguir ignoradas. Ciências, tecnologias devem prevalecer, diante dessa única, complexa e universal floresta tropical, certos de que a Amazônia não cabe em sistemas particulares, financistas, predatórios e excludentes de um constante diálogo com seus povos originários.

**Palavras-chave:** Preservação ambiental, política pública, Amazonas, Meio Ambiente, visão holística da Amazônia.

#### **Abstract**

“Everything is connected” (LS 91). This is the emphasis highlighted by Pope Francis in his disquieting Encyclical Letter *Laudato Si’* (LS), which came to public knowledge on May 24<sup>th</sup> 2015. This present paper, more than aiming to prove the papal assertion, demonstrates, using a holistic approach, that there is not one analysis, one enterprise, one single theoretical approach, or even one plan directed to accomplishing a certain public policy that is exempt from an interconnected understanding between the sciences and completely in tune with Amazonian biodiversity. To acknowledge this complexity in public management is an imposition made by the biome. Every project that has insisted in an immediate and simplistic approach, aiming for profit above all else, has failed and the resulting environmental destruction can be seen as big open wounds in Amazon scenarios. The new technologies used in environmen-

---

<sup>1</sup> Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do governo Lula. Ambientalista e professora, foi senadora pelo Acre.

tal studies; the reiterated scientific analyses of the biome can no longer be ignored. Sciences and technologies should prevail in light of this unique, complex and universal rainforest, with the certainty that the Amazon does not fit in private, financiers, predatory systems that exclude constant dialogue with their original peoples.

**Key-words:** Environmental preservation, public policy, Amazon, environment, holistic view of the Amazon.

## 1. Introdução

Olhar para a Amazônia é um exercício imenso, complexo e poderosamente instigante. Ainda mais quando se recebe a incumbência de que esse olhar não se perca na imensidão das partes nem deixe ocultas as correlações entre elas, na diversidade que compõe o todo. O olhar é complexo. Tem história, conflitos, descobertas e, paradoxalmente, tem cegueira e lucidez se intercalando como tendências opostas e simultâneas. Recobre-se de interesses setoriais com perspectivas diversas, como o ativismo ambiental, a pesquisa científica, a exploração econômica, o desenvolvimento de políticas públicas, os modos de vida organicamente resilientes dos povos indígenas e comunidades tradicionais – com seus conhecimentos e práticas milenares e seculares, associadas à sua cadeia de vida – e, ultimamente, vemos com tristeza a expressão dos interesses até do crime organizado numa escala muito preocupante.

## 2. A necessária visão holística

O qualificativo “holístico” amplia a exigência e o desafio, quando se refere ao olhar, pois propõe, etimologicamente, uma completude e, epistemologicamente, a exposição de algo em que tudo está ligado, como conceitua o filósofo sul-africano Jan Smuts (1880-1953), que foi o precursor do paradigma holístico e inclui o mundo espiritual em sua abordagem conceitual. Não tenho a pretensão de alcançar, em todas as dimensões e aspectos, essa totalidade. Mas é com a motivação de contribuir para a construção de uma compreensão mais ampla, mais rica, mais justa dessa região entre os cristãos da América Latina que aceitei a empreitada de falar sobre a Amazônia. E o faço com especial emoção, pois é a minha terra, meu campo de aprendizagem e de formação de identidade. O lugar onde, talvez mais que em qualquer outro, somos instados a não incorrer no erro de ver sem perceber e ouvir sem compreender, como bem alertou Jesus. A Amazônia me atravessa e foi pelas suas pautas que passei a ter consciência de muitas coisas, sobretudo a consciência política da necessidade de sua proteção – e isso inclui um uso com sabedoria de suas imensas riquezas e belezas, melhor forma de assegurar o bom funcionamento dos serviços ecossistêmicos que ela e seus povos originários e tradicionais prestam ao equilíbrio do planeta Terra.

Coloco-me, portanto, essa exigência adicional – de cotejar meu olhar pessoal com os parâmetros da civilização em que vivo – pois considero verdadeiro

o alerta “todo ponto de vista é a vista de um ponto” e, principalmente, porque verifico, ainda mais nesse caso, que o observador faz parte da coisa observada e toda análise deve estar acompanhada da autoanálise pois todo aquele que mede está sendo medido pela mesma régua. Incorporo, desde já, essa formulação que me advém do aprendizado como cristã, como mandamento de humildade em meu olhar para a Amazônia, de modo que não me esqueça, em meio a toda ciência de que posso dispor, que estou olhando para a criação de Deus.

### **3. Chegam os europeus: o mundo descobre a existência da Amazônia**

Nosso olhar para a Amazônia tem registros escritos a partir da chegada dos europeus ao continente. No entanto, há outras formas de registros deixados por povos originários que são lidos de outras maneiras, como nos estudos arqueológicos e antropológicos que dão conta da presença humana nessas florestas há 14 mil anos, conforme o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)<sup>2</sup>. E não podemos desconsiderar as narrativas oralmente transmitidas de geração a geração pelos povos originários ou grupos remanescentes de povos que estiveram ou ainda estão em risco de extinção. Contamos com a percepção, registro e divulgação de impressões por parte dos primeiros visitantes não indígenas datados de pouco mais de 500 anos. Portanto, o que nos chega, considerando os achados arqueológicos, é um pequeno fragmento da história desse olhar. Ainda assim é uma mostra suficiente para tratarmos de um aspecto importante sobre um território tão vasto: não há uma visão homogênea sobre ele. Cada registro é feito de um determinado lugar simbólico, ordenado por convicções subjetivas, bem como por narrativas atravessadas por diferentes interesses, motivações, intenções e capacidade, sempre parcial, de se apropriar das informações já existentes.

Além do discurso popular, há o discurso escrito, que se desdobra em muitas categorias como o acadêmico, o oficial, o técnico, o literário e outros. Muitas vezes a Amazônia que está em um não será encontrada da mesma forma em outro. Assim, o olhar sobre a Amazônia é uma espécie de painel, uma mirada caleidoscópica sobre uma superfície abstrata que se sobrepõe à superfície empírica que chamamos de Amazônia.

Por fim, mas não menos importante, há o olhar da cosmovisão cristã em que podemos, metaforicamente, compreender a Amazônia como um lugar onde, como está escrito em Dt 6, 11-12, recebemos a dádiva de poder usufruir de “tudo que há de melhor”, de coisas que não produzimos, de cisternas que não cavamos e de frutos que não plantamos. E esse é não apenas mais um componente do *holos* que está sendo proposto, mas pode ser – pelo lugar central que

---

<sup>2</sup> O livro *Os pais asiáticos da América* foi publicado em 1973, pelo pesquisador Hendon Harris Jr. A integra desse artigo subsidio-nos na datação e processo de ocupação na região. <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/#>. Acessado em: 15 jul. 2024.

o cristianismo ocupa na civilização – uma espécie de chave interpretativa que articula os vários aspectos do nosso olhar e proporciona um substrato ético para as ações e decisões que nosso olhar induz. Tratarei um pouco mais de cada um desses pontos.

#### 4. Primeira definição: Hileia “floresta densa”

As primeiras impressões circulantes sobre a Amazônia a chamam de Hileia, que quer dizer floresta densa, desconhecida ou inexplorada, nome dado por Alexander von Humboldt (1769-1859), naturalista alemão. Popularizou-se, posteriormente, a expressão “Inferno Verde”. Era pensada como um deserto demográfico, com locais inatingíveis, muitos perigos, animais ameaçadores e vários outros elementos que a imaginação humana produz diante do desconhecido. No início do século passado, em 1904, enviado à Amazônia em uma missão de demarcação de fronteiras, o escritor Euclides da Cunha, que era também engenheiro, a descreveu como “um paraíso perdido” e faz recomendações “para vingar a *Hiloe* maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVII.” (BATISTA, 2003). Como se vê, era recorrente, tanto na abordagem positiva quanto na negativa, a ideia de algo que não se podia alcançar, tocar, conviver. A magnitude tanto do terrível quanto do maravilhoso eventualmente afasta e impede o acesso, o que resulta no desconhecimento. Para Euclides, que reclama da parcialidade e especialização nos diversos estudos dos naturalistas, nos quais se turva a visão da totalidade, a tarefa da ciência seria de mil anos de vitórias parciais até que “em futuro remotíssimo”, se desvendassem os últimos segredos da Amazônia, o que representaria “o fecho de toda a história natural”.

Mesmo com o desconhecimento e estranhamento, as frentes de colonização subiram os rios e adentraram as matas para extrair as “drogas do sertão”, tornando a navegação do Atlântico ao Amazonas uma nova rota da China e das Índias para a Europa ávida de especiarias e exotismos. Em seguida, na nascente indústria europeia e norte-americana ao final do século XIX e durante o período da Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>, em meados do século XX, foi com uma das espécies da biodiversidade amazônica, a *Hevea Brasiliensis*, nossa popular seringueira, que o Brasil alcançou novas e elevadas posições no comércio internacional, marcou suas participações no esforço de guerra e ocupou efetivamente a região com vilas, povoados e ao menos duas grandes cidades, Belém e Manaus.

Entretanto, mesmo com toda a ocupação – que intensificou a dizimação de inúmeros povos originários – no olhar do Ocidente, a Amazônia permaneceu um inferno verde e um deserto demográfico e o desejo de conhecimento sobre

---

<sup>3</sup> Foi a economia da borracha, estimulada pelo Estado e com o imenso esforço dos “soldados da borracha” oriundos do Nordeste castigado pela seca – já treinados no extrativismo que já se fazia anteriormente com a coleta de drogas do sertão – que sustentou a economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. (in Fonseca, Cassio - “A Economia da Borracha” – Comissão de Defesa da Borracha – Rio de Janeiro – 1950).

sua natureza confundiu-se, desde o início da empreitada colonizadora, com a ânsia de posse e domínio de suas riquezas.

## **5. Da “terra sem homens” para “terra de conflitos”**

Nos anos sessenta, um discurso sobre a ocupação da Amazônia para evitar sua tomada por estrangeiros – reais ou imaginários – feito pelo governo militar, se materializou em um projeto pesado de infraestrutura e direcionamento da frente de expansão agropecuária para a região, com distribuição de lotes via INCRA para produtores familiares e incentivos fiscais para os fazendeiros, além de outras facilidades. Em 1966 o primeiro presidente do regime militar, General Castello Branco, lançou em Manaus a Operação Amazônia, visando concretizar o objetivo geopolítico central de fazer a “integração da região ao desenvolvimento nacional”. A intervenção com infraestrutura composta de novas estruturas fundiárias, rodovias em uma bacia hidrográfica imensa e rica em corpos hídricos volumosos, hidrelétricas e linhas de energia de alta tensão era, na compreensão dos militares, a forma de tornar a Amazônia tangível, domada, apropriada, submetida e, principalmente, incorporada à nação brasileira. Para financiar e operacionalizar todos os investimentos foi criada, também em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a função de coordenar e supervisionar programas e planos dos governos estaduais e de outros órgãos federais e, muitas vezes, elaborar e executar diretamente as intervenções estatais.

Conforme artigo do professor Ricardo José B. Nogueira, em menos de 30 anos a Amazônia passou de “terra sem homens”, como denominava a propaganda oficial, para “terra de conflitos” (NOGUEIRA, 1997). Os conflitos eram previsíveis e inevitáveis, pois Amazônia não era um vazio demográfico. Ali viviam os povos originários há milhares de anos, os seringueiros que se estabilizaram na região após o ciclo da borracha e no pós-guerra, inúmeras comunidades ribeirinhas, quilombolas, pescadores e outros povos tradicionais. Todos manejavam (ainda manejam hoje os que resistem, meio século depois) seus plantios e coletas extrativistas sem degradar a região, sem alterar ou fazer imensas feridas na floresta, numa diversidade de modos de vida que têm em comum a conservação de floresta e dos recursos naturais.

Na época, no suposto vazio demográfico, havia pouco mais de 8 milhões de habitantes, distribuídos na floresta e em centenas de pequenas cidades, navegando rios caudalosos, ocupando territórios e desenvolvendo suas culturas locais e dentro das comunidades étnicas. Quando o governo militar colocou em prática sua estratégia de fazer o Estado chegar na região e se fez acompanhar de empresários que transformavam a economia rural no nascente agronegócio, ocorreu um choque entre a Amazônia concebida nos gabinetes do governo federal e a Amazônia desconhecida, mas existente, no território. Entre os novos

ocupantes ou donos de terras trazidos pelos projetos de “integração” do governo federal e os habitantes locais ocorreram, mais que divergências de visões e de projetos. Sangrentos conflitos sociais passaram a ocupar o palco político de uma região que estava, na verdade, sendo tomada à força e sem preocupações com dados de realidade, com as populações locais e com o conhecimento, popular ou científico, do bioma. Esse encontro foi fatal para vários povos indígenas que foram dizimados pela violência ou por doenças contra as quais não tinham recursos em seus sistemas imunológicos, ou perderam para invasores seus territórios que ficaram expostos com a construção de rodovias, barragens e outras obras de infraestrutura feitas sem cuidados ambientais e sociais.

Naquele momento não se sabia que o que estava sendo tomado, muitas vezes a ferro e fogo, para ser submetido ao modelo de produção vigente no Centro Sul do Brasil, não era apenas uma porção de terra equivalente a aproximadamente 60% do país, mas sim a maior e mais rica floresta tropical do planeta, com um importante papel no equilíbrio climático global.

Amplas parcelas das populações locais não se submeteram pacificamente. Em toda a Amazônia houve resistência. Tornaram-se mais conhecidos os movimentos dos seringueiros no Acre, liderados por Wilson Pinheiro e Chico Mendes, o movimento indígena, populações atingidas por barragens e outras comunidades em vários estados da região. Essa resistência, inicialmente isolada e quase oculta pela censura ou simples desinteresse dos grandes veículos de comunicação, ganhou aliados nas juventudes urbanas, pesquisadores e docentes nas universidades, intelectuais e de uma significativa parcela da Igreja Católica que se alinhava aos preceitos da Teologia da Libertação.

Nas décadas de 70 e 80, surgiram sindicatos e associações, organizações civis, movimentos sociais, grupos de pressão, jornais alternativos, compondo um amplo e variado mosaico cultural em que se expressavam outros olhares sobre a Amazônia – muitas vezes advindos de seu interior, não “de fora”.

Esse movimento, tão amplo e diverso quanto a floresta, encontrou linguagens políticas e científicas, éticas e estéticas, que confluíram para a formação de uma consciência socioambiental muitas vezes difusa e dispersa na opinião pública local e nacional, mas forte o suficiente para alcançar o âmbito internacional e fazer aliados em todo o mundo. Um exemplo paradigmático foi a notícia do assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, que ganhou notinhas de rodapé na imprensa brasileira e destaque no noticiário dos Estados Unidos, Europa e Japão. Na semana seguinte, os jornais do centro-sul do Brasil mandaram às pressas repórteres para o Acre para saber o motivo de tamanha repercussão da morte de um seringueiro nos confins da Amazônia.

Já se vivia, então, a transição para a Democracia, com o fim da censura e a expectativa de eleições presidenciais. O ideário geopolítico militar perdia força e a nova Constituição, recém-promulgada, estabelecia um arcabouço legal e institucional favorável ao surgimento de outros projetos de desenvolvimento

econômico e social. O conceito de Desenvolvimento Sustentável, formulado com apoio da ONU, apresentava uma saída para a constatação de que os recursos naturais do planeta eram finitos e corriam o risco de esgotamento. Articulava-se a Conferência Rio-92. O olhar do mundo para a Amazônia começava a mudar.

## **6. Tecnologias na preservação da Amazônia**

Nosso olhar ganhou novas lentes nas últimas décadas. Temos agora um sistema de informações de satélites para fazer, por meio de sensoriamento remoto, uma vigilância de 24 horas sobre a cobertura vegetal, mapas digitais com histórico de cada pixel de imagem do território. Olhando de longe, podemos ver de perto, muito perto, para mensurar, por exemplo, as perdas em cada espelho de água da Amazônia e monitorar, ao mesmo tempo, todo o sistema hidrográfico da região. Podemos medir os desmatamentos, os focos de calor e incêndio, as poligonais das propriedades, as Unidades de Conservação, as Terras Indígenas. Podemos detectar mudanças grandes e mínimas na estrutura fundiária, povoaamentos, rodovias e estradas vicinais, bem como estradas irregulares. Vemos as áreas de garimpo ilegal, rotas de tráfico e várias outras ocorrências no uso do solo e do que está acima ou abaixo dele.

O olhar tecnológico proporciona as bases para um diagnóstico muito preciso e fornece boa parte da evidência científica para que a inteligência humana possa formular projetos e planejar intervenções físicas, investimentos e, principalmente, políticas públicas eficientes e eficazes. Temos exemplos dessa conjugação entre tecnologia de imagens e ancoragem da política pública na ciência como o Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAM, (CAPOBIANCO, 2017, p. 52). Mais que um conjunto de ações e decisões, esse programa se constitui em uma política pública transversal, que reúne vários ministérios e instituições, elaborada e coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, que teve a honra de chefiar entre 2003 e 2008. Com esse instrumental, fomos capazes de enfrentar e inverter os índices de um preocupante curvo ascendente de desmatamento e queimada. Mais adiante detalharei esse ponto, por agora quero destacar a grande potencialidade de uso da tecnologia e a acurácia que ela proporciona em nosso olhar.

O olhar técnico, entretanto, tem limites. Para começar, não é compreensível para a maioria da população e, infelizmente, não é levado em conta e utilizado por muitas das autoridades que deveriam tê-lo como base para tomada de decisão e desenvolvimento de ações, tanto no poder Executivo quanto no Legislativo de todas as esferas e níveis da Administração Pública. Tecnicamente, não é difícil superar essa “cegueira”. Há um sem-número de órgãos do poder público, instituições da iniciativa privada, da academia e das organizações não governamentais que se dedicam à produção de conhecimento e a esse monitora-

mento, com grande capacidade para armazenar, sistematizar e interpretar séries históricas longas de dados sobre a base natural da vida na Amazônia. Podemos citar, entre outros, o INPE pelo lado governamental e o Mapbiomas, o IMAZON, o Observatório do Clima, o IPAM e outros, como iniciativas da sociedade, que muitas vezes se reúnem em redes de instituições menores para fazer face ao esforço de tratar dados. Tanto governo quanto sociedade mantêm plataformas que os democratizam e contribuem com a vigilância e a transparência das informações sobre o bioma. Há, portanto, oferta suficiente dessas imagens e de sua interpretação. Boa parte dessa tecnologia está ao alcance de qualquer smartphone. E, de fato, muitas comunidades e organizações civis já fazem uso de imagens e informações que podem ser acessadas na internet. O sistema político e econômico, entretanto, resiste a essa transparência democrática, e esse tem sido um dos principais problemas.

Esse é o olhar do século XXI. As notícias, dados e informações desse olhar deveriam ser motivo de grandes preocupações para os gestores públicos e deveriam também estar na preocupação cotidiana dos habitantes do país, pois as regiões alcançadas pelos benefícios ambientais prestados generosamente pela floresta para suas atividades de produção rural e industrial terão grandes problemas se a Amazônia entrar em colapso, atingindo o que os cientistas e especialistas denominam como ponto de não-retorno. O novo olhar tecnológico nos apresenta uma Amazônia com 17% de seu território desmatado até 2021, segundo o MapBiomas<sup>4</sup>. Uma perda florestal preocupante, pois propicia a alteração do clima, o ressecamento das bordas da floresta, um aumento do potencial para incêndio e uma aproximação perigosa do ponto em que a floresta perde a capacidade de regeneração e auto regulação de seus ciclos. A partir daí, a ciência prevê a ocorrência de uma savanização progressiva e, na sequência, processos intensos de desertificação de grande parte de nove estados brasileiros, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Maranhão que são recobertos no todo ou em parte pelo bioma.

## 7. Jamais negar a ciência

Os dados sociais e geofísicos da Amazônia são muito impressionantes e deveriam impactar também à sociedade, nossas ações e consciências de forma a reverter o quadro de sua iminente destruição. Em seu livro *Amazônia na Encruzilhada*, Míriam Leitão faz a seguinte afirmação já no início do livro:

A Terra sem a Amazônia pode ficar inviável para bilhões de humanos. Em conversas com cientistas ao longo das últimas duas décadas, fiquei profundamente convencida disso. Os anos recentes mostraram como estão certas as pessoas que dizem que a Amazônia nos coloca e nos tira do mundo (2023, p. 6).

---

<sup>4</sup> <https://brasil.mapbiomas.org/2023/08/09/amazonia-ja-perdeu-17-de-sua-cobertura-nativa/> - Acessado em: 10 jan. 2025.

As fontes científicas e a extensão do tempo de acúmulo de informações atestam a credibilidade do que é afirmado pela jornalista e a dimensão por ela atribuída à Amazônia: a de condição imprescindível para que tenha continuidade a jornada das diferentes formas de vida na Terra. Longe de ser apenas um exagero retórico, a afirmação nos alerta para o fato de que é pela maior porção dessa colossal riqueza natural que nós, os habitantes do Brasil, somos responsáveis, na condição de fiéis depositários, de bosques que não plantamos, rios e lagos que não criamos e, especialmente, de uma colossal usina de serviços ecossistêmicos<sup>5</sup> que, mesmo que lançássemos mão de todo o nosso conhecimento, tecnologia, recursos financeiros e humanos até aqui acumulados, jamais teríamos condições de realizar e ofertar.

A Amazônia recobre mais de 60% do território brasileiro. É a maior floresta tropical do planeta. Sua biodiversidade também é a maior do planeta, bem como a extensão e volume de sua bacia hidrográfica. Além da água superficial, há na região um aquífero que se chama Alter do Chão, com capacidade para abastecer de água doce a atual quantidade de pessoas existentes no planeta por 200 anos, portanto o maior aquífero do mundo. Essas águas são alimentadas por um ciclo de evapotranspiração de aproximadamente 390 bilhões de árvores,<sup>6</sup> que lançam 20 bilhões de toneladas de água na atmosfera por dia. A revista *Sciense* publicou, em outubro de 2013, um recenseamento realizado no bioma amazônico, que levou 10 anos para ser concluído e chegou a esse número de indivíduos arbóreos<sup>7</sup>. Embora não esteja concluída a identificação e catalogação científica de todas as espécies da floresta amazônica, Mike Hopkins, curador do herbário do Inpa, avalia que o número de espécies de árvores na região é de no mínimo 25 mil, e pode chegar a 50 mil. Hoje, estima-se que já há 12 mil espécies catalogadas<sup>8</sup>. Para dar parâmetros de comparação podemos pegar o caso do Reino Unido. O país catalogou em toda a sua biodiversidade 60 espécies de árvores.

No que diz respeito à parte animal da biodiversidade amazônica, os números também impressionam. Segundo pesquisadores da área, já temos descritos aproximadamente 3 mil peixes, 1,3 mil aves, quase 400 espécies de

---

<sup>5</sup> Serviços ecossistêmicos são benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais. Podem ser a **provisão de bens** ou produtos ambientais como água, alimentos, madeira, fibras, extratos; **serviços de suporte**, como ciclagem de nutrientes, decomposição de resíduos, renovação da fertilidade do solo, polinização etc, tudo que mantém a perenidade da vida na terra; **serviços de regulação** como sequestro de carbono, purificação do ar, moderação de eventos climáticos etc; por fim, **serviços culturais** que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros.

<sup>6</sup> <https://www.nationalgeographicbrasil.com/natgeo-ilustra/amazonia>. Acessado em: 15 jul. 2024

<sup>7</sup> <https://www.rfi.fr/br/geral/20131018-floresta-amazonica-tem-390-bilhoes-de-arvores-diz-recenseamento-inedito>. Acessado em: 29 jul 2024

<sup>8</sup> <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/>. Acessado em: 10 jan. 2025

mamíferos, um pouco menos de 400 répteis, cerca de 400 anfíbios, mais de mil invertebrados e ainda estamos longe de esgotar o conhecimento desse campo.

## **8. Os “Rios Voadores” e o impacto da desinformação**

Vale a pena falar um pouco mais sobre a relação da enorme massa florestal amazônica com o clima e a produção de chuvas, por meio do que os cientistas chamam de “Rios Voadores”. São cursos de água invisíveis em nossa atmosfera, sujeitos à dinâmica dos ventos. Segundo o climatologista Carlos Nobre, essa umidade é empurrada pelos ventos alísios, vindos do mar, que batem na Cordilheira dos Andes e se dispersam no continente sul-americano, com predominância nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul do Brasil e norte da Argentina. Os “Rios Voadores” impedem a desertificação dessas regiões e favorecem a produção de alimentos e criação de animais abastecendo com chuvas os corpos hídricos da região, que inclui o aquífero Guarani. Só para se ter uma ideia, esse serviço ambiental da Amazônia, caso fosse feito por um sistema industrial, demandaria energia a ser produzida por 50 mil hidrelétricas do tamanho da Hidrelétrica de Itaipu.

A invisibilidade do fenômeno dos “Rios Voadores” gera dúvidas e negacionismo em muitos leigos, mas em 2019, conforme foi largamente noticiado na imprensa brasileira, a cidade de São Paulo ficou às escuras em pleno dia com a fuligem das queimadas na Amazônia trazida pelos mesmos ventos que trazem a umidade. E nas semanas iniciais de agosto de 2024, a grande quantidade de focos de calor, intensificados pelos extremos climáticos, fez com que o fenômeno praticamente se repetisse. Esses notáveis episódios mostram um curioso viés na percepção da sociedade: o benefício não é reconhecido e não gera cuidado e respeito pela Amazônia, mas o prejuízo ambiental, econômico e social, sobretudo o dano à saúde sofrido principalmente por idosos e crianças, este provoca indignação na população do Centro Sul do país. Infelizmente, esta indignação ainda não se traduziu em maior responsabilidade social e ambiental na hora de eleger aqueles que executam as políticas públicas e fazem as leis e, cotidianamente, ainda está longe de induzir escolhas conscientes e seletivas dos produtos que a população adquire no mercado. Em ambos os casos, muitos eleitores votam e consumidores financiam aqueles que estão exterminando o futuro de todos, inclusive o deles mesmos.

A queimada de milhares de hectares de floresta amazônica a cada ano leva junto todo um conhecimento e as possibilidades de uso econômico sustentável dessas espécies que poderiam distribuir riquezas para nossa população e o usufruto dos produtos feitos com princípios ativos da região em fármacos, cosméticos, têxteis, produtos alimentares, além de uma gama de outras soluções baseadas nessa singular e rica natureza. Além disso, afeta de maneira desastrosa a integridade do bioma mais rico da Terra, e junto com isso, afeta de forma

devastadora os modos de vida e a própria existência das populações indígenas e tradicionais. Da mesma forma, o desconhecimento ou negação dos serviços ecossistêmicos, em especial a umidificação distribuída pelos “Rios Voadores”, coloca em risco nada menos que o equilíbrio do clima no planeta e a possibilidade de conter seu aquecimento. A permanência da atitude negacionista entre os que tem interesses econômicos num modo de produção e consumo insustentável e antiambiental é visível e facilmente explicável, porém a ocorrência dessa atitude entre as “vítimas” só se explica como um caso de cegueira induzida, caso em que temos de analisar os processos de produção e manipulação do olhar, da percepção e da subjetividade na chamada “era da informação”, que aparenta estar transitando para uma era da desinformação.

## **9. Em curso a bioindustrialização**

Além de toda sua grandeza geográfica, a Amazônia tem imenso potencial, que já está sendo aproveitado por algumas iniciativas, para ser laboratório de um robusto ciclo virtuoso de prosperidade com investimentos em cadeias produtivas mais resilientes, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade mediante os princípios da bioeconomia. Necessita, para isso, da existência de uma infraestrutura igualmente resiliente, bem como substituir a velha ambição de industrializar a região, a partir da inadequada visão cartesiana de indústria, por processos mais adequados de transformação ecológica, empregando diversificados investimentos em bioindustrialização. Em suma, um novo modelo econômico, baseado na inteligência ecológica para geração e distribuição de riquezas, conservação, restauração e uso sustentável da floresta incluindo seus povos originários e tradicionais. A bioeconomia, especificamente, entra nessa equação porque trata-se de um tipo de produção econômica que conserva e protege a natureza e inclui as comunidades tradicionais nas suas oportunidades, respeitando e remunerando de forma justa e equitativa os seus conhecimentos associados à biodiversidade, apoiando o acesso à circulação de seus produtos.

Não tem sido esse o modelo de gestão pública adotado de forma contínua para a Amazônia, nem de negócios, com exceção das gestões na década inicial deste século, em que foi elaborado o Plano Amazônia Sustentável e implementada na região a já citada política chamada de Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAm, envolvendo 13 pastas ministeriais do governo, que teve a grande honra de liderar. O PPCDAm continha eixos que contemplavam não só o combate ao desmatamento, mas também o ordenamento fundiário e o fomento econômico de modelos de produção rural que não degradam a floresta. Entre 2004 e 2012, com a implementação desse programa, o desmatamento foi reduzido em 82%. Na década seguinte, cresceu novamente, mas o programa está sendo retomado neste momento, na segunda década do século, e mantém sua potência técnica, pois já produziu como resultado a redu-

ção do desmatamento da Amazônia a uma taxa de 30,6% no ciclo de agosto de 2023 a julho de 2024. Ao enfrentamento do desmatamento está sendo somado o trabalho de inventariar e fazer a destinação correta de mais de 50 milhões de hectares de terras da União na região, com o compromisso do governo de não mais destinar essas áreas para atividades econômicas que promovam remoção da cobertura florestal. Devem sim ser destinadas apenas para comunidades indígenas, comunidades tradicionais, parques e florestas nacionais e para o manejo sustentável de florestas, única forma de promover a correta governança socioambiental da região e a efetiva presença do Estado em benefício da proteção ambiental, das populações locais e da restauração do que criminosamente vem sendo grilado e destruído.

A presença do Estado também está se fazendo com outros programas do governo como o Bolsa Verde, que faz transferência de renda para famílias extrativistas; o programa ARPA que apoia a criação e consolidação de Unidades de Conservação na Amazônia; o programa União com os Municípios, de controle do desmatamento e de pagamento de incentivos a quem mantiver em sua propriedade a vegetação nativa, financiado pelo Fundo Amazônia, entre outros programas governamentais.

A implementação desse conjunto de políticas públicas enfrenta a oposição de grileiros, da parte retrograda do agronegócio, que não se dispõem a modernizar sua produção investindo em tecnologias sustentáveis e cujos investidores e controladores em geral sequer vivem na região. Ou seja, a mudança no modelo econômico requer uma mudança de olhar orientada por uma ética do cuidado, da conservação e da inclusão, oposta à visão de lucro rápido e da falta de compromisso socioambiental.

A visão retrógrada, brutalmente afirmada pelo grupo que governou o Brasil entre 2019 e 2022, além de não induzir mudanças positivas nos agentes econômicos legalmente instalados, foi leniente ou favoreceu abertamente as atividades ilegais, notadamente o crime organizado, dando-lhe oportunidade de se fortalecer e ampliar suas atividades de tráfico, agregando a extração ilegal de madeira, a pesca ilegal e o garimpo ilegal ao seu “portfólio” de atividades criminosas e muito rentáveis de tráfico de armas e de drogas. Esse é o “setor” que mais resiste de forma violenta às diretrizes da transição ecológica para uma economia sustentável e de baixo carbono que se mostra necessária e urgente.

## **10. Importância da Amazônia para o clima do planeta**

Podemos voltar, cinco séculos depois, ao olhar do Ocidente sobre a Amazônia. Mudou o mundo, mudamos nós. Agora restam ecos da Hiléia e do Inferno Verde e a Amazônia, que resiste, embora devassada e em parte devastada, agora é o “*green card*” da humanidade para o futuro e sua conservação é uma

necessidade inquestionável para o enfrentamento do maior desafio da civilização, as mudanças climáticas.

É verdade que ainda nos deparamos, algumas vezes, com a percepção de alguns segmentos retrógrados, em diversas regiões do Brasil e do mundo que se referem à Amazônia ou aos estados amazônicos como lugares remotos, longínquos, sem valor ou peso na vida social e política do Brasil e que, portanto, seriam irrelevantes. Também é verdade que ainda se encontra, em meio às teorias da conspiração que se acumulam desde o século passado, a ideia de que todo interesse internacional na Amazônia é motivado por desejo e invasão, posse ou controle. Mas está cada vez mais claro e evidente que essa região, antes vista como irrelevante e isolada, é uma das que mais nos conecta ao plano internacional em uma questão vital para a própria sobrevivência da humanidade que é, como já dito, a emergência climática.

Há, agora, uma mudança importante: a Amazônia também fala, na mesa de negociações, primeiramente pela voz da sociedade civil e das comunidades indígenas e tradicionais, mas também – e com grande força institucional – através dos governos dos países geograficamente ligados pela grande floresta. Dentre os muitos pontos de conexão, estabelece-se entre esses países um canal de comunicação, o da identidade política, econômica e institucional, que serve de base para a cooperação e articulação regional, isto é, a identidade referenciada a partir da riqueza, grandeza e função estratégica do bioma amazônico para a manutenção do equilíbrio ambiental do planeta. Assim, o olhar do mundo está balizado pela articulação internacional entre seus países e sua representação nos organismos internacionais e essa também é uma perspectiva que deve integrar nosso painel de olhares.

É importante destacar o Tratado de Cooperação Amazônica, que nos articula com Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname. A maior parte das florestas amazônicas está contida dentro do Brasil que tem 60% do bioma, seguida pelo Peru com 13%, com percentuais menores nos demais países. O tratado é gerido pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA. Essa organização foi criada em 1978, quando houve uma alteração no espírito da política de relações exteriores do Brasil. Ao invés da perspectiva da defesa, típica do governo militar, assume-se a perspectiva da colaboração, aproximação e articulação dos países que compõem a Panamazônia. Já ocorreram quatro encontros de cúpula no âmbito da OTCA, a última em 2023, em Belém, com a publicação de uma Declaração conjunta dos Chefes de Estado, que foi chamada de Declaração de Belém e trata de temas estratégicos para a região. A diplomacia panamazônica elaborou um documento tratando de infraestrutura verde, desenvolvimento ético sustentável, recursos biológicos e uma abordagem específica sobre a Amazônia urbana. Caminhar nessas frentes é o desafio dos nove países signatários da Carta e, havendo sucesso, daremos

um passo importante para preservar essa floresta tropical tão vital para todo o planeta.

Outro espaço multilateral muito importante em que a Amazônia tem um grande protagonismo é a Convenção da Biodiversidade da ONU. Ali nos conectamos com os países que, em termos de identidade ecológica, mais se parecem conosco do ponto de vista florestal. Trata-se dos países do continente africano, os dois Congo e também o continente asiático, particularmente a Malásia e a Indonésia. Nesse âmbito, nossos temas são a proteção da variedade de espécies, os Protocolos que protegem nossos recursos genéticos como o de Nagoya e a repartição de benefícios econômicos gerados pelo uso desses recursos para nossas populações tradicionais, cujos conhecimentos são base de pesquisa para produtos importantes para a saúde pública.

Na questão climática, é na Convenção de Clima da ONU que temos construído instrumentos econômicos para desestimular a degradação das florestas pelas queimadas, como, por exemplo, o que se chama Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal – REDD, uma forma de remunerar o esforço de recuperação florestal em áreas já desmatadas e degradadas. Pelas florestas também nos articulamos com os países que debatem os mecanismos de crédito de carbono, esforçando-nos para introduzir as ressalvas e cuidados necessários para evitar o que já se denomina “grilagem de carbono”, propondo salvaguardas que possam dar transparência e integridade a esse mercado. A ideia essencial é bastante conhecida: oferecer uma vantagem comercial a quem mantém sua floresta em pé fazendo o imprescindível serviço ambiental de capturar na atmosfera o carbono, um gás de efeito estufa, e devolver oxigênio limpo. Também nessa Convenção temos o debate fundamental sobre mitigação das causas da emergência climática, adaptação dos países aos efeitos dos eventos climáticos extremos e ainda as formas de transitarmos para uma matriz energética descarbonizada, além de desenharmos um caminho para a transformação ecológica de nossas economias.

A grande mesa internacional de negociações tem sido, por sua maior abrangência e visibilidade, a Conferência das Partes (COP), uma reunião anual de signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em que tem sido cada vez mais evidente o protagonismo do Brasil e a importância da Amazônia. No momento em que escrevo, estamos em meio aos preparativos para realização da COP30 em Belém, a primeira a se realizar na Amazônia, importante indicativo da influência que a atenção internacional tem sobre a elaboração de nosso “olhar holístico”.

Cabe aqui uma observação importante: a consciência da importância da Amazônia para o clima do planeta é, nesse momento de crise global, o principal fator de mudança no olhar da humanidade, particularmente do povo brasileiro, sobre a região e de evolução na sua relação com a Natureza. A Amazônia, com seus bilhões de árvores, é considerada um relevante sumidouro de carbono, pois

este é o elemento fundamental na nutrição e constituição dos vegetais e as árvores o aprisionam em seu sistema fisiológico. Quando as árvores são queimadas, esse carbono é liberado na atmosfera, aumentando a retenção do calor do sol e, portanto, a temperatura média do planeta. No caso do Brasil, o desmatamento e as queimadas são a principal fonte de emissões de gás carbônico, diferente da maioria das grandes economias que têm sua principal fonte de emissões no uso da energia fóssil. Em 2021, a cientista Luciana Vanni Gatti, dos quadros do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, publicou uma pesquisa na revista *Nature* demonstrando que as queimadas praticadas na Amazônia estão levando o bioma a perder a condição de sumidouro de carbono, pois no balanço entre absorção e emissão em função do fogo, começa a haver um déficit preocupante.

## **11. Amazônia não é ecologicamente homogênea**

De qualquer modo ou ângulo que se olhe, a Amazônia é grande. Cada abordagem, cada aspecto coberto por nosso olhar, portanto, corre o risco que mencionei no início de perder-se em uma parte e deixar de perceber o todo. Agora quero notar o risco, de alguma forma oposto, de perder-se numa ideia de totalidade que elide as particularidades. Embora as grandezas, expressas muitas vezes em números, que citei anteriormente, sejam componentes de um todo nítido, singular e único no planeta, a Amazônia não é ecologicamente homogênea. Há em seu espaço territorial muitos ecossistemas diferentes, caracterizados pelas altitudes e acidentes de sua topografia, tipo de solo, regime de chuva em cada uma de suas sub-regiões, entre outros fatores. Acrescente-se a variedade e quantidades das espécies vegetais dominantes e a diversidade étnica e social das populações humanas em cada sub-região e teremos, multiplicada muitas vezes, a complexidade do desafio de quem elabora as políticas públicas ou planeja qualquer intervenção física ou econômica. Para ser eficiente, qualquer plano ou ação de governo precisa observar o sistema de autonomia federativa dos governos estaduais e municipais, as demandas de diferentes populações e também a configuração dos recursos naturais ocorrentes em cada um dos seus muitos ecossistemas, bem como as diversas dinâmicas de sua sociobiodiversidade. Além dessas diferenças geográficas, socioculturais e administrativas, há também as múltiplas visões políticas de grupos sociais diferentes sobre um projeto de desenvolvimento para região a partir do uso de suas aptidões e configuração de sua natureza.

Começo por essa complexidade na gestão pública porque a enfrentei e sobre ela pensei em mais de quatro décadas de trabalho. Mas aprendi, também, que a Amazônia é igualmente desafiante para as diversas dinâmicas econômicas e sociais, para investimentos privados, para as comunidades e populações locais. Os sistemas institucionais da democracia e de promoção da justiça social

são desafiados a incluir e preservar enormes diferenças ao mesmo tempo em que combatem igualmente grandes desigualdades. As estratégias políticas esgarçam-se, as múltiplas identidades e mentalidades regionais dificilmente enquadram-se em definições ideológicas e organizações logicamente hierarquizadas.

Esse imenso desafio alcança os cientistas, pesquisadores, técnicos, desenvolvedores de tecnologias, que se veem pressionados por essa conjugação única de grandeza e diversidade. Tudo requer escalas mais abrangentes, parâmetros mais inclusivos, fluxos multidirecionais, diretrizes mais flexíveis. A Amazônia não cabe em sistemas.

O mesmo desafio se apresenta para as igrejas e organizações religiosas, que encontram uma fantástica profusão de saberes, tradições, linguagens, narrativas e valores. O preceito paulino de fazer-se como outro para ganhar o outro encontra aqui imensas distâncias civilizatórias e cognitivas, cosmovisões que dialogam entre si apenas em níveis inalcançáveis pela linguagem corrente e de difícil acesso até para a palavra mais inspirada se estiver em língua portuguesa.

Para a gestão pública, penso que há um passo inicial para enfrentar o desafio: é não persistir no tradicional uso dos planos burocráticos de gabinete e dialogar com os que conhecem o território real. Ouvir e ver o que dizem e mostram a ciência e o conhecimento acadêmico e promover um diálogo de saberes com as populações tradicionais e os povos originários, desde a concepção até a execução de qualquer projeto de desenvolvimento regional. Sempre procuro ressaltar a importância de ouvir os povos indígenas e comunidades tradicionais porque há, na floresta, intimidades que só são percebidas por esse olhar milenar, histórias que só se revelam em suas narrativas e conhecimentos que só se adquire em séculos de vivência e se transmite oralmente de geração em geração.

Quero insistir nesse ponto, dando um exemplo: o serviço de conservação prestado por esses povos e comunidades. Um estudo recente, publicado pelo Mapbiomas, mostra que entre a chegada dos portugueses em 1500 e o ano de 1985, a perda de cobertura vegetal em todo o Brasil foi de 20%; entre 1985 e 2023, apenas oito anos, esse índice foi de 13%, resultando em um desmatamento do tamanho de um país como a Colômbia. Metade desse desmatamento ocorreu na região amazônica. O georreferenciamento localiza 60% desse desmatamento nas propriedades privadas, enquanto as terras indígenas contribuem com apenas 1% desse total em 523 anos<sup>9</sup>.

O que isso nos mostra é que o olhar tem desejo, o conhecimento tem intenção, a tecnologia tem direção. O desejo, a intenção e a direção subjacentes ao olhar, ao conhecimento e à tecnologia dos povos amazônicos demonstra ser a de usufruir a vida na natureza de uma forma muito diferente da que se tornou dominante na chamada Civilização Ocidental. Num olhar holístico para a Amazônia, não podem faltar os olhos da própria Amazônia.

---

<sup>9</sup> <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/> . Acessado em: 10 jan. 2025.

## 12. Por uma lógica do cuidado como materialização do amor

Por fim, conforme mencionei no início deste artigo, trato do olhar orientado pela fé cristã como um dos olhares presentes entre aqueles que percebem e se expressam sobre a Amazônia. Desde logo, entretanto, declaro que este, para mim, é mais que “um dos olhares” possíveis. É o olhar que me orienta e com o qual interpreto e acolho o que me mostram todos os olhares. Para nós cristãos, faz todo sentido abordar todas as coisas com os princípios bíblicos guiando nossos olhos e renovando nosso entendimento, como nos alerta Romanos 12,2. Não para exercer qualquer tipo de fundamentalismo, religioso ou político, ou a junção ainda mais perversa dos dois, mas para, seguindo a sabedoria do apóstolo Paulo, olhar de tudo e reter o que é bom (1Ts 5,21). Esse tipo de olhar preconizado pelo apóstolo nos ajuda a ver as coisas sem preconceito ou fronteiras cognitivas que limitam nossa percepção, repertório e capacidade de ver e perceber, ouvir e compreender em “altura e profundidade”, os mistérios de Deus. Os versículos de Efésios 3,18-19, que são profundos e muito bonitos, nos diz textualmente “... possam, juntamente com todos os santos, compreender a largura, o comprimento, a altura e a profundidade, e conhecer o amor de Cristo que excede todo conhecimento, para que vocês sejam cheios de toda a plenitude de Deus”. Para exercer esse tipo de percepção precisamos dos suportes hermenêuticos da Teologia e de observá-los com rigor, mas precisamos sobretudo da generosa compreensão das coisas baseada na lógica do cuidado como materialização do amor.

Em Gênesis 2,15, no trecho em que consta o mandato cultural de Deus para a humanidade em relação à Criação, está escrito “O Senhor Deus colocou o homem no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo”, podemos observar que o primeiro termo do mandato cultural é “cuidar” e o modelo de cuidado é, obviamente, calcado no cuidado amoroso do próprio Deus; portanto, o encargo dado aos seres humanos neste trecho qualifica e referencia o ordenamento presente no Gn 1,28, em que está dito “Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a terra e sobre todos os animais que se movem rente ao chão”. Há duas compreensões necessárias aqui; a primeira é sobre cuidar, que é baseado em conhecimento do objeto de nosso cuidado como requisito para podermos favorecer seus potenciais de desenvolvimento e zelar para que as regras sistêmicas de seu contexto de existência sejam observadas constantemente a fim que não haja degradação na integridade da Criação. A segunda compreensão necessária é um esforço de lógica, pois se entendermos que um jardim é um lugar de harmonia, beleza e contemplação – foi nesse ambiente que Deus escolheu sediar a espécie humana – não é possível inserir o entendimento da palavra “domínio” como a prática de arbitrariedades e indiferença com as necessidades ecológicas das outras formas de vida, a animal e a vegetal. Até porque, não nos esqueçamos, o cultivo de Deus é e sempre será cuidadoso e o

seu *jugo* será sempre *suave* e amoroso. Para que haja coerência entre os dois versículos, a interpretação nos conduz a compreender que a palavra domínio significa, neste versículo, responsabilidade e compromisso de boa administração do bem comum de todos os elementos do jardim, animados e inanimados. Aliás, este é um bom momento para uma reflexão: como cristãos, e tendo recebido graciosamente de Deus a mordomia da criação, olhemos quais são as atuais condições materiais e de cuidado do mar dos peixes, da atmosfera dos pássaros, das florestas dos grandes e pequenos animais a partir da interferência humana.

O segundo termo do mandato cultural é “lavar”. Podemos entender como um convite a termos uma parceria com Deus, que, assim, nos dá a oportunidade de sermos criativos, realizar e fazer brotar coisas do chão da nossa imaginação, como o fez quando nos deu em Adão, a prerrogativa de fazer a nomeação e significação de todos os seres vivos que ele havia criado, como está em Gn 2,19. Hoje sabemos que, na linguística, nomear é criar classificações com elementos relacionados, construindo significados e sentidos lógicos que vão constituir um sistema. Na Biologia esse procedimento é chamado de taxonomia e o sistema classificatório dos seres vivos está organizado em sete sistemas taxonômicos que estão ordenados do conjunto maior para o conjunto menor, começando em reino e terminando em espécie. Muitas vezes, esse conceito biológico é usado como metáfora em outros campos de saber como a economia, por exemplo. Aqui, no entanto, serve para mostrar que Deus usou seu poder criativo para atuar no plano da matéria e compartilhou o ato criativo com o ser humano, a quem deu capacidade de simbolização, para que ele pudesse criar no nível simbólico sobre o mundo material. O maravilhoso é que o nível simbólico pode ser feito, refeito, significado e ressignificado infinitamente. Somos, enquanto seres pensantes, parceiros de Deus em todos os tempos e podemos gozar da alegria de criar indefinidamente.

Isto tudo posto, pensemos que no Brasil temos sete grandes jardins, que são os biomas Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal, o Pampa e a Zona Costeira. Cada um deles tem sua geografia própria, suas características físicas variadas, sua identidade florestal específica. Sobre todos esses jardins somos encarregados de cuidar e lavar.

Como nosso tema aqui é um desses jardins, o maior do Brasil e do planeta, consideremos a responsabilidade cristã com a Amazônia e com a Criação, tendo em mente que temos ferramentas disponíveis como ciência, técnica, modelos de inovação na produção econômica, na inclusão social, na construção de justiça ambiental e temos também a experiência e o saber milenar de nossos povos tradicionais. A tudo isso acolhemos e recorremos com a orientação ética cristã. Estamos capacitados e equipados a oferecer o melhor dos cuidados e a promover o melhor dos modelos de lavoura para o jardim. Assim, cabe a nós fazer essa escolha cotidianamente, e zelar para que a função, a estética, a harmo-

nia e demais elementos que constituem esse tipo de lugar possam se reproduzir em estado de suficiência e perenidade.

### **13. Dar respostas e superar desafios em benefício de nós mesmos e do planeta**

Tenho, neste momento em que escrevo este artigo, o privilégio e a oportunidade rara dada a uma pessoa, de estar, pela terceira vez, graças a Deus, ao povo brasileiro e ao presidente Lula, encarregada de servir à causa da proteção, restauração e uso sustentável das imensas belezas e riquezas naturais brasileiras. Perante a sociedade e perante Deus essa é uma missão honrosa e, ao mesmo tempo, extremamente desafiadora. Algumas das camadas dessa missão tratam do meio ambiente *stricto sensu*, e são imensamente complexas. Outras camadas tratam da transversalidade do tema em todas as demais políticas públicas aplicadas em cada território e essas são mais complexas ainda. A base sobre a qual procuro me firmar, a cada dia, para enfrentar essa missão é profundamente atravessada por meu compromisso com a integridade da Criação e com a responsabilidade assumida perante a sociedade brasileira de cuidar do meio ambiente do país, que é, sem dúvida, o maior patrimônio de todos nós.

Como condição de trabalho tenho um contexto em que a cultura ambiental, como na maior parte das sociedades do mundo, ainda está longe de ter sido internalizada como um valor relevante, estratégico e necessário. É doloroso constatar, todos os dias, os sofrimentos e perdas que a falta dessa cultura ambiental já está causando aos mais vulneráveis. Em muitos dos segmentos da população os choques com interesses econômicos são de grande monta; a atuação de uma parte significativa e majoritária do Poder Legislativo nacional nem sempre é ampla em sabedoria com relação à saúde do meio ambiente e o melhor interesse da população em geral; a perspectiva de uma grande parcela empresarial do agronegócio é de lucro imediato e o maior possível, não importando os riscos ambientais para suas práticas arcaicas de produção, o que os leva a não querer aumentar seus custos com a conservação ambiental, ainda que essa seja a condição para continuar tendo seus lucros em médio e longo prazos. Costumo repetir que essa visão curta e atitude mesquinha é a materialização de uma compreensão de mundo que destrói os recursos de milhares de anos em função do lucro de poucas décadas.

Em favor do trabalho que realizamos, por outro lado, temos no país um movimento social ambientalista com grande capacidade de elaboração técnica, populações tradicionais socialmente organizadas e com bandeiras de luta muito maduras, instituições técnicas com grande capacidade em todos os níveis de governo, a academia com produção científica na área formando um acervo robusto, uma parcela do empresariado moderno disposto a servir à causa da sustentabilidade investindo densamente em inovação tecnológica para produzir na

lógica da bioeconomia. Temos ainda parcerias técnicas e financeiras na comunidade global e, por fim, mas não menos importante, temos a agenda ambiental assumida em várias pastas ministeriais dando maturidade à necessária transversalidade do tema nas políticas públicas desenvolvidas pelo atual governo.

São dois blocos de características muito fortes e impactantes, na relação com os quais preciso caminhar, dialogando com ambos os lados para conseguir uma aproximação ao que considero o bem comum do país, que é cuidar da nossa riqueza natural, das nossas oportunidades de ter posições de mercado internacional valorizadas pelos diferenciais ambientais de nossos produtos, do futuro de nossa população com a superação da injustiça ambiental e desigualdade social que nos afeta tão fortemente. A Amazônia é fator determinante na gestão ambiental do país e dar resposta atual, moderna, adequada às suas pautas é equacionar grande parte de nossos desafios da gestão pública ambiental brasileira, em benefício de nós mesmos e do equilíbrio do planeta.

#### **14. A fé cristã precisa se apropriar da Amazônia**

A Amazônia terá futuro e garantirá o futuro do planeta se tivermos sucesso nos trabalhos que estamos fazendo para regularizar sua estrutura fundiária, garantido a segurança territorial para povos originários e tradicionais e suas respectivas culturas; destinar áreas para conservação da natureza, para a produção agroflorestal, para experiências tecnológicas novas no manejo das florestas; definir tecnicamente espaço para infraestrutura sob uma lógica ecológica de acesso aos territórios que puderem ser acessados, deixando preservados aqueles destinados a povos isolados e aos *hot spots* de biodiversidade. Precisamos ter sucesso também no esforço de continuar controlando o desmatamento da Amazônia, pelo Brasil e pelo planeta.

Mas cuidar da Amazônia não significa só o que se faz em seu território. Suas dinâmicas ecológicas impactam o planeta e nesse plano também há muito o que fazer pelos biomas brasileiros todos e pela Amazônia em particular. Estamos fazendo uma verdadeira maratona de diálogos em todo o país sobre a elaboração dos componentes do Plano Clima de forma participativa. Enquanto tivemos, no primeiro semestre do ano de 2024, evento climático extremo no Rio Grande do Sul, que foi devastado por enchentes, as populações da Amazônia, onde se situa a maior bacia hidrográfica do planeta sofrem com a seca, que é também um dos eventos extremos da emergência climática. Neste contexto, há o que fazer para todos, o governo e cada membro da sociedade, tanto na formulação quanto na implementação de políticas públicas e práticas econômicas mais resilientes que ajudem a manter a floresta em pé com seus povos protegidos e respeitados.

Está em andamento a retomada das Conferências de Meio Ambiente, tanto na versão dos adultos, quanto infantojuvenil, com o tema da emergência cli-

mática e o desafio da transformação ecológica do Brasil. As Conferências de Meio Ambiente fazem com que ampliemos ainda mais a participação social em relação a essas questões. Com esses processos participativos em âmbito nacional teremos uma política de enfrentamento da emergência climática com um índice muito alto de envolvimento dos muitos segmentos da sociedade brasileira, talvez um dos mais democráticos na comunidade das nações que assinam a Convenção do Clima da ONU. Não poderia ser de outra forma, pois uma das nossas diretrizes para a Política Pública ambiental é o controle e a participação social. A adesão da população, sentindo-se ao mesmo tempo parte do enfrentamento do problema e beneficiária das soluções, é um elemento chave da sustentabilidade política do nosso trabalho.

E nós, os cristãos, que fomos transcendentalmente encarregados de cultivar e guardar um jardim, precisamos nos preparar com conhecimentos, respeito, compromisso e a hermenêutica mais apropriada para cumprir o mandato cultural em Gn 2,15, onde estão as primeiras palavras de nosso Livro Sagrado. Pelo atual estado do mundo podemos considerar que essas palavras ainda aguardam ser vistas e enxergadas, lidas e interpretadas, percebidas e compreendidas na lógica correta por quem foi convidado a fazer uma parceria com Deus para que o planeta pudesse cumprir os estatutos dados na sua Criação.

Todos os olhares para a Amazônia, aqui enumerados ou não, têm um determinado horizonte e, antropológicamente, um tipo de apropriação do bioma com um aspecto em comum que é o plano da materialidade daquele território com todas as suas riquezas e belezas pictóricas, acústicas e imagéticas, e com os valores culturais que organizam nossa identidade nacional. O olhar cristão que também a situa no plano da espiritualidade, precisa estar sempre atento para não olvidar o que diz a ciência, a política e a ética, assim como o bom senso e as ricas contribuições advindas de outros olhares, inclusive daqueles que professam outras formas de fé, ou que não confessam nenhuma delas. Nossa fé cristã precisa se apropriar da Amazônia, ou seja, trazê-la para o interior do nosso ser, com amor e consciência. E assim tratá-la não apenas como um fenômeno geográfico, mas também como um dever no mandato cultural dado por Deus aos seus filhos, aos filhos de seu amor por nós e pela sua Criação. Não tem coerência amarmos o Criador e não cumprir suas determinações e não cuidarmos da sua Criação, tanto como seres criados, quanto como coautores convidados.

Urge qualificarmo-nos em toda a América Latina amazônica para essa imensa tarefa em um momento já tão crítico da história do nosso planeta, quando podemos estar perdendo o maior dos jardins, aquele que pode decisivamente contribuir para viabilizar ou inviabilizar não só a presença da vida na Terra, mas as próprias *“condições em que ela nos foi dada”*, como diz, em A Condição Humana, a filósofa Hannah Arendt.

Que Deus nos fortaleça e nos inspire a ver, em seu mandamento, a nossa responsabilidade.

## **Bibliografia**

- BATISTA, Djalma (2003). **Amazônia: Um paraíso perdido**, por Euclides da Cunha. Manaus, EDUA.
- CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (2017). **Governança socioambiental na Amazônia brasileira na década de 2000**. Tese Doutorado em Ciência Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e ambiente. São Paulo.
- LEITÃO, Miriam (2023). **Amazônia na encruzilhada**. Rio de Janeiro, editora intrínseca.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista (1997). **Amazônia: uma visão que emerge das águas**, revista nº 11, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas.